



***GLENIF***  
***GLASS***

## REPORTAGEM

# Glenif representa o consenso da América Latina no Iasb

Maristela Giroto

A proposta de unir as entidades emissoras de normas contábeis da América Latina para fornecerem contribuições, de forma conjunta e consensual, às consultas públicas do *International Accounting Standards Board* (Iasb) partiu do próprio Iasb. Discutida e aprovada após três reuniões, a proposição resultou na aliança de 12 países para a constituição do *Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera* (Glenif).

**E**m junho de 2012, ao completar um ano de formação do Glenif, seus membros comemoraram o alcance do principal objetivo do Grupo: interagir e colaborar com o Iasb, em aspectos técnicos, respeitando a soberania de cada país-membro. Nesse período, a entidade regional latino-americana enviou seis cartas-comentários ao organismo emissor das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, na sigla em inglês).

Durante o desenvolvimento de suas atividades, um dos maiores méritos do Glenif, conforme seus integrantes, é levar em consideração a realidade da profissão e o estágio de cada país no processo de convergência das normas.

Para realizar a tarefa de responder às consultas públicas do Iasb, o Glenif tem estruturado Grupos Técnicos de Trabalho (GTT), que são organizados por áreas temáticas e compostos por especialistas de vários países-membros. Os GTTs são responsáveis por analisar as questões levantadas pelo *International Accounting Standards Board*, identificar as necessidades, harmonizar as reivindicações e elaborar as cartas-comentários, que são, posteriormente, submetidas à apreciação da diretoria do Glenif.

“Lançamos uma semente que logrou êxito. O Glenif completou um ano de atividades com o reconhecimento do Iasb, que elogiou a nossa estrutura, organização e contribuição”, afirmou o presidente do Grupo, Juarez Domingues Carneiro, que também é presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nesta reportagem, a **RBC** traz aspectos relevantes da história deste primeiro ano do Glenif e faz uma síntese das atividades do *Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera* – ou *Group of Latin-American Accounting Standard Setters* (GLASS, na sigla em inglês) – destacando, especialmente, os trabalhos realizados pelos seis GTTs iniciais. A **RBC** também apresenta os demais grupos regionais que contribuem com o Iasb – *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), *Asian-Oceania Standard-Setters Group* (AOSSG) e *PanAfrican Federation of Accountants* (PAFA).



## Diretoria avalia trabalho e planeja futuro do Grupo

Doze países latino-americanos estão sendo auxiliados pelo Glenif na tarefa de convergir as suas normas contábeis ao chamado padrão internacional – identificado pela sigla IFRS. Compõem o Grupo entidades do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A responsabilidade de administrar o trabalho do Glenif, que reúne nações de diferentes matizes político-econômicas, cabe a uma diretoria composta, atualmente, pelos seguintes membros: Juarez Domingues Carneiro, presidente, representante do Brasil; Jorge Gil, vice-presidente, da Argentina; Rafael Rodríguez Ramos, da Venezuela; Felipe Pérez Cervantes, do México; Winston Fernandez, do Uruguai; e Luis Alonso Colmenares Rodríguez, da Colômbia.

“Com apenas um ano de formação, o Glenif já se consolidou como importante entidade internacional da área contábil”, afirma

Juarez Domingues Carneiro, que será presidente do Grupo até junho de 2013, quando será substituído pelo atual vice-presidente, Jorge Gil.

Todos os diretores concordam que o trabalho do Grupo, neste primeiro ano de atividades, alcançou as expectativas iniciais e se tornou fundamental para a construção de laços entre as entidades emissoras de normas contábeis da região, auxiliando o Iasb na sua missão de produzir normas globais.

A expectativa da diretoria do Glenif para os próximos anos é ampliar a interação com entidades normatizadoras da área contábil de outros países da América Latina, à medida que o trabalho realizado pelo Grupo passe a ser reconhecido como parte de uma cadeia regional de suprimento de informações financeiras essenciais à construção de normas internacionais consistentes e de alta qualidade.

Para a diretoria do Glenif, é fundamental a participação ampla

e efetiva dos países latino-americanos nas propostas enviadas ao Iasb. “Isso nos dá força, como Grupo, para reafirmarmos a nossa missão, que é transformar o Glenif na voz da América Latina”, disse Rafael Rodríguez Ramos.

“Este tipo de organização é uma oportunidade histórica para a América Latina, porque vai além do meramente acadêmico ou representativo, tornando-se um organismo vivo, que se desenvolverá, sem sombra de dúvidas, em muito pouco tempo, com ramificações impensadas até recentemente”, avalia Winston Fernandez.

Para o futuro, Juarez Domingues Carneiro informa que o Glenif deverá fazer parte de uma nova entidade global de apoio ao Iasb. Segundo ele, o presidente do Iasb, Hans Hoogervorst, durante reunião do Diretório do Glenif e Assembleia de Normatizadores Contábeis, realizada em Buenos Aires-Argentina, afirmou que será com-



Membros da diretoria do Glenif, durante painel realizado no 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em agosto de 2012

Robson Cesco

posto um fórum permanente com instituições de várias partes do mundo para auxiliar o lasb na tarefa de elaborar e emitir normas globais. “O Glenif foi uma das primeiras instituições convidadas a compor o fórum”, anuncia Juarez Carneiro.

### Diretores eleitos

No dia 3 de julho, durante a Assembleia de Normatizadores Contábeis, realizada em Buenos Aires, que reuniu os representantes dos países que compõem o Glenif, foram eleitos dois novos diretores, conforme previsto na Ata de Constituição do Grupo. O representante do Uruguai, Winston Fernández, foi reconduzido ao cargo, e o representante da Colômbia, Luis Colmenares Rodriguez, foi eleito diretor, ocupando a vaga deixada pelo representante do Chile, Mário Muñoz.

### Histórico da constituição

No dia 28 de junho de 2011, durante da realização da Conferência CReCER – Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional, em Buenos Aires, Argentina, foi assinada a Ata de Constituição do Glenif. No mesmo dia, foram eleitos os membros do Diretório, responsáveis por dirigir o Grupo pelo período de dois anos.

O desafio de unir os países da América Latina e constituir o Glenif foi superado após discussões a respeito dos objetivos, da estrutura e das ações do grupo; sobre temas técnicos de interesse comum para a formulação de agenda a ser enviada ao lasb; e, ainda, sobre a viabilização de estudos técnicos em coordenação com atividades regulares do lasb.

Para se atingir o consenso, foram realizadas quatro reuniões com representantes de entidades latino-americanas emis-

soras de normas de contábeis. Duas delas foram realizadas no Brasil – nos dias 4 de fevereiro e 30 de março, em Brasília –, e duas na Argentina – em 23 de maio e 28 de junho, em Buenos Aires. A primeira reunião, em 4 de fevereiro, contou com a presença do então presidente do lasb, David Tweedie.

As entidades que representam os 12 países da América Latina no Glenif são: Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – Brasil; Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas (FACPCE) – Argentina; Colegio de Auditores o Contadores Públicos de Bolivia (CAUB) – Bolívia; Colegio de Contadores de Chile – Chile; Consejo Técnico de la Contaduría Pública (CTCP) – Colômbia; Superintendencia de Compañías – Equador; Consejo Mexicano de Normas de Información Financiera A.C. (Cinif) – México; Comisión de Normas de Contabilidad Financiera de Panamá (Nocofin) – Panamá; Colegio de Contadores del Paraguay (CCPy) – Paraguai; Consejo Normativo de Contabilidad (CNC) – Peru; Colegio de Contadores, Economistas y Administradores del Uruguay (CEAU) – Uruguai; e Federación de Colegios de Contadores Públicos de Venezuela (FCCPV) – Venezuela.

A primeira reunião do Conselho Diretório do Glenif – composto por representantes do Brasil, Argentina, Venezuela, México, Chile e Uruguai – foi realizada no dia 21 de agosto de 2011, na Venezuela. Na ocasião, foi aprovado o regulamento do Grupo, discutido o planejamento para o biênio 2011-2012 e definidas ações necessárias à implementação das atividades do novo organismo contábil. Além disso, nesta reunião foi constituído o primeiro Grupo Técnico de Trabalho (GTT),



Felipe Pérez Cervantes

Robson Cesco



Jorge Gil

Robson Cesco



Juarez Domingues Carneiro

Robson Cesco



Luis Alonso Colmenares

Robson Cesco



Rafael Rodríguez Ramos

Robson Cesco



Winston Fernandes

Robson Cesco



para tratar de tema constante da Agenda do Iasb.

Em 26 de outubro, foi enviada ao Iasb uma carta-comentário tratando do tema “Adiamento da data de vigência da IFRS 9 em substituição ao IAS 39”. No documento constou uma nota: “Esta é a primeira participação do GLASS em consulta pública do Iasb”.

### Segunda Assembleia

Representantes de nove países – dentre os doze que compõem o Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera –, participaram, no dia 3 de julho deste ano, da 2ª Assembleia de Normatizadores Contábeis do Glenif, na sede do Conselho Profissional de Ciências Econômicas da Argentina, em Buenos Aires. Os principais temas da reunião foram a discussão das atividades realizadas durante o primeiro ano de trabalho do Glenif e a eleição de dois membros para a Diretoria do Grupo – Winston Fernández e Luis Colmenares Rodriguez.

### Objetivos do Glenif

De acordo com a Ata de Constituição, os objetivos específicos do Glenif são:

- Interagir perante o Iasb em aspectos técnicos, respeitando a soberania nacional de cada país-membro, para fazer contribuições técnicas diretas ao Iasb. A interação estará focada nos documentos emitidos pelo Iasb. Isso inclui, por exemplo, papéis para discussão, rascunho de normas, audiências públicas, normas promulgadas como obrigatórias, revisão das normas existentes e apresentação de propostas de mudança ou de melhoria que contemplem as situações específicas dos países da região;
- promover a adoção e a convergência com as normas emitidas pelo Iasb, nas jurisdições da região, e sua aplicação consistente;
- cooperar com governos, reguladores e outras organizações regionais, nacionais e internacionais para contribuir com a melhoria da qualidade dos estados financeiros na região;
- colaborar na difusão das normas emitidas pelo Iasb na região, particularmente no país a que pertence cada organismo emissor;
- oferecer propostas à agenda do Iasb e coordenar o alinhamento com a agenda da região;
- atuar nas reuniões técnicas do National Standard Setters (NSS) e World Standard Setters (WSS), que forem consideradas convenientes, respeitando a soberania nacional de cada -membro que participar de ambos os grupos; e
- interagir com outros organismos da América Latina (União de Nações Sul-Americanas – Unasur, Mercado Comum do Sul – Mercosul, Comunidade Andina – CAN) em temas relacionados com a normatividade contábil.



## As contribuições enviadas ao Iasb

A partir da criação do Glenif e da aprovação de seu regulamento, foram constituídos seis Grupos Técnicos de Trabalho (GTT) para tratar dos temas disponibilizados pelo Iasb em consulta pública: GTT 1 - Agenda Iasb Consultations 2011, GTT 2 - Entidades de Investimento, GTT 3 - Leasing, GTT 4 - Empréstimos Governamentais, GTT 5 - Reconhecimento de Receitas e GTT 6 - Guia de Transição.

Porém, a primeira contribuição do Glenif ao Iasb, referente à consulta pública sobre a data de vigência obrigatória da norma IFRS 9 em substituição ao IAS 39, foi desenvolvida concomitantemente ao trabalho do GTT 1.

De todos os GTTs constituídos, apenas o GTT 3 - Leasing ainda não realizou o trabalho porque aguarda o Iasb disponibilizar a minuta em consulta pública. O grupo está ins-

tituído e contará com o trabalho de William Allan Biese Decker, coordenador (México); Marcelo Kozak (Argentina); Eliseu Martins (Brasil); Carlos Olmedo Plúas (Equador) e Julio Laso (Panamá). A supervisão do GTT 3 será de Felipe Pérez Cervantes.

Conheça, a seguir, como foram desenvolvidas as seis primeiras contribuições da América Latina enviadas ao Iasb e quais as conclusões que veicularam.

## Adiamento da data de vigência da IFRS 9 em substituição ao IAS 39

Como as nações latino-americanas estão em momentos diferentes em relação ao processo de adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), na primeira contribuição do Glenif ao lasb, os países chegaram ao consenso de que o adiamento da data da vigência da IFRS 9 seria benéfico a todos, para que tivessem mais tempo para a preparação.

“A carta-comentário foi desenvolvida, simultaneamente, enquanto revisávamos a metodologia e alguns resultados prévios do *Agenda lasb Consultations*. Aproveitamos o momento oportuno com os representantes do Diretório do Glenif para discutir a situação de cada país, objetivamente, e a capacidade de aplicação da IFRS 9”, informa José Elias Feres de Almeida, representante brasileiro nesse trabalho.

O diagnóstico sobre a realidade atual da América Latina, a respeito da adoção das normas IFRS, foi formulado após a explanação dos representantes dos países presentes. “Cada membro apresentou o cenário de seu país,



José Elias Feres de Almeida

Divulgação

explicando as oportunidades e os desafios que o padrão IFRS trará aos profissionais contábeis”, lembra Almeida. Com base nessas informações, chegou-se ao consenso de que o adiamento da data de obrigatoriedade da IFRS 9 daria mais tempo para que os profissionais contábeis fossem devidamente informados e treinados sobre essa norma.

A carta-comentário foi enviada em 26 de outubro de 2011. Após o recebimento das sugestões da consulta pública, o lasb fixou a data para a aplicação da IFRS 9 em 1º de janeiro de 2015.

“Sugiro aos profissionais envolvidos com o tema que já iniciem os estudos sobre esse pronunciamento”, diz Almeida.

## GTT 1 – Agenda Consultations

O GTT 1 foi constituído, em 22 de agosto, com a finalidade de identificar as respostas adequadas às questões levantadas pela consulta *Agenda lasb Consultations 2011*. A coordenação do GTT coube ao brasileiro Ricardo Lopes Cardoso.

O grupo realizou o levantamento das informações a partir do encaminhamento de um questionário às organizações que integram o Glenif, as quais disponibilizaram o documento nos seus respectivos sites. Por meio desse questionário, os profissionais de Contabilidade de vários países apresentaram suas sugestões sobre quais normas IFRS precisavam ser revisadas, além de oferecerem contribuições a respeito da relevância dos temas incluídos na Agenda do lasb.

Segundo o coordenador do GTT 1, cada país integrante do Glenif teve liberdade para definir a forma de utilização do questionário. “Posteriormente, fizemos a análise comparativa dos relatórios dos países, buscando



Ricardo Lopes Cardoso

Robson Cesco

identificar os principais pontos de convergência. Consideramos tanto os temas em que houve unanimidade como aqueles que, embora não houvesse unanimidade, eram considerados muito importantes para vários países e não encontraram resistência por parte de nenhum outro. Dessa forma, identificamos nove temas que interessam à América Latina”, explica Cardoso.

Os nove temas identificados como os mais relevantes foram classificados, de acordo com a prioridade, em dois grupos: ‘altamente prioritários’ e ‘muito importantes, mas não urgentes’.

Após esse trabalho, o relatório final foi elaborado pelo coordenador do GTT 1. A carta-comentário foi submetida à aprovação do Diretório do Glenif e encaminhada ao lasb no dia 30 de novembro de 2011.

“Tenho forte expectativa de que parcela significativa dos temas sugeridos pelo Glenif integrem a agenda de trabalho do lasb para os próximos anos. Afinal, há grande interesse de europeus, asiáticos, africanos e americanos pela América Latina. Isso já ocorria antes da recente crise financeira e está se intensificando com o agravamento

da crise – agora afetando o setor público”, afirma Cardoso.

Além do contador Ricardo Lopes Cardoso, coordenador do GTT e representante do Brasil, o grupo

contou com os seguintes membros: Domingo Marchese (Argentina), Idésio Coelho (representante do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, Brasil), Gladys

Margarita Solar Feijoo (Equador), Willian Biese Decker (México), Hector Castillo (Panamá), Winston Fernandez (Uruguai) e Norelys Pinto (Venezuela).

## Nove temas

Ricardo Lopes Cardoso explica os nove temas identificados pelo GTT 1:

### Altamente prioritários

- **Estrutura Conceitual** (conhecido no Brasil com “CPC 00”): A Estrutura Conceitual é o pilar dos Pronunciamentos Contábeis (IFRS).  
O Iasb iniciou há alguns anos o processo de revisão da Estrutura Conceitual, mas não concluiu o trabalho no prazo definido inicialmente e o dividiu em fases: as fases críticas, como a de Definições (por exemplo, o que é Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita, Despesa, Lucro?) e a de Mensuração (por exemplo, Custo, Custo Amortizado, Custo Menos Depreciação, Valor Justo, etc.) foram iniciadas, mas não finalizadas, e não há nova expectativa de prazo de conclusão. Como a Estrutura Conceitual é o pilar dos pronunciamentos IFRS e o IASB continua emitindo e modificando IFRS sem terminar a revisão da Estrutura Conceitual, os países do Glenif foram unânimes em sugerir que a Estrutura Conceitual seja finalizada pelo Iasb nos próximos anos.
- **Método da Equivalência Patrimonial** (revisão do IAS 27): O GTT sugeriu uma modificação muito pequena, pontual: permitir que os investimentos em coligadas sejam mensurados nas demonstrações contábeis consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Hoje, o IAS 27 permite que esses investimentos sejam mensurados pelo custo ou pelo valor justo, em livre escolha. Portanto, a sugestão é que o Iasb inclua mais uma opção no menu de alternativas de mensuração nos investimentos em coligadas, somente no balanço consolidado. Embora pequena, essa alteração é fundamental para a maior parte dos países da região, afinal, o MEP é exigido pela legislação societária desses países – no Brasil, em função da Lei nº 6.404/76.
- **Contabilidade Inflacionária** (revisão significativa do IAS 29): O IAS 29 é um pronunciamento muito antigo e defasado. Desde a sua emissão, diversas jurisdições – principalmente países latino-americanos – atravessaram períodos sombrios de inflação de mais de 2.000% ao ano e desenvolveram técnicas muito mais adequadas de se refletir a perda de poder aquisitivo da moeda nas demonstrações contábeis. O Brasil é um excelente exemplo: entre os anos 1980s e meados dos anos 1990s, desenvolvemos a Correção Monetária Integral, uma técnica reconhecidamente muito superior à exigida no IAS 29. Diante dessa realidade, propusemos uma ampla revisão do IAS 29. Mas não sugerimos que o Iasb incorpore a Correção Monetária Integral (“brasileira”) em seu pronunciamento, pois três países (Brasil, Argentina e México) preferiram técnicas diferentes entre si. Então, resolvemos adiar esse debate para quando o Iasb for incluir o tema em sua Agenda.
- **Mineração** (revisão do IFRS 6): Considerando as origens econômicas da América Latina (mineração e agronegócio), esse tema é muito relevante para os países da região. Entretanto, o pronunciamento atual (IFRS 6) é vago e incompleto. Portanto, sua revisão é demanda pelos países do Glenif.
- **Taxa de desconto**: diversos pronunciamentos contábeis exigem o ajuste a valor presente, mediante a aplicação de uma “taxa de desconto”. Entretanto, há ambiguidade e imprecisão no conceito de “taxa de desconto” nos IFRS em vigor – algo semelhante com o que havia até o ano passado em relação ao termo “valor justo”. Portanto, sugerimos que o Iasb emita um pronunciamento específico sobre esse tema, para reduzir ambiguidades, na mesma lógica de emissão do IFRS 13 que trata do valor justo. Interessante notar que esse tema não é importante para o Brasil, uma vez que o CPC emitiu o pronunciamento 12 “Ajuste a Valor Presente”, que foi endossado pelo CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); entretanto, foi considerado pelos demais países como muito importante, então o Brasil não criou oposição.

- Arranjos de Concessão de Serviços Públicos (revisão do IFRIC 12): nas duas últimas décadas, muito países da região desenvolveram esforços significativos de desestatização de sua economia (inclusive o Brasil), culminando em diversos contratos de concessão de serviços públicos. Ocorre que o IFRIC 12 – que não é um pronunciamento (IFRS), mas uma interpretação (IFRIC) –, guarda algumas inconsistências com os pronunciamentos (IFRS) vigentes. Por isso, o Glenif considera sua revisão fundamental; preferencialmente, que a interpretação seja revogada por um pronunciamento propriamente dito.

#### Muito importantes, mas não urgentes

- Agricultura (revisão do IAS 41): Sugerimos pequena revisão do IAS 41, de modo a permitir que ativos biológicos com característica de imobilizado – mantidos para gerar frutos a serem comercializados; o ativo biológico em si não é mantido para comercialização – sejam mensurados pelo método do custo (menos depreciação). A justificativa seria a dificuldade de se determinar o valor justo (menos custo para vender) desses ativos biológicos de modo confiável sem custo ou esforço indevido. Considerando as origens econômicas da América Latina (mineração e agronegócio), esse tema também é muito relevante para os países da região.
- Combinação de negócios entre entidades sob controle comum: os pronunciamentos em vigor não abordam esse tipo de transação. O IFRS 3 só trata de combinação de negócios entre entidades submetidas a controladores diferentes. Considerando o aquecimento econômico da região, é muito provável que num futuro próximo esse tipo de transação se torne bastante recorrente.
- Passivos financeiros com características de patrimônio líquido: algumas transações com instrumentos financeiros são muito complexas. Em alguns casos, entidades captam recursos mediante a emissão de instrumentos financeiros que residem na zona cinzenta da classificação entre passivo ou patrimônio líquido, e os pronunciamentos em vigor não resolvem esse problema. Da mesma forma que o item anterior, considerando o aquecimento econômico da região, é muito provável que num futuro próximo esse tipo de transação se torne bastante recorrente.

### GTT 2 – Entidades de Investimento (Consolidación em Empresas de Inversión)

A partir da constituição o GTT 2, no mês de setembro de 2011, Domingo Marchese, coordenador e representante da Argentina no Grupo, preparou um programa de tarefas, desenvolvido com os demais membros. “Fizemos a tradução do resumo da norma para o português e o espanhol e preparamos uma pesquisa em ambos os idiomas, que foi distribuída aos integrantes do GTT”, explicou Marchese. Na etapa seguinte, houve reuniões com grupos de interesses específicos em cada país, e os comentários resultaram num resumo das opiniões de todos, gerando a carta-comentário enviada ao lasb após análise e consideração por parte do Diretório do Glenif.

O Grupo foi composto por Domingo Marchese (coordenador), Alexandre Cordeiro de Andrade (representante do BNDES), Remy Ángel Terceros Fernández (Bolívia), Daniel Sarmiento Pava (Colômbia), Enrique Orlando Castillo Quiñones (Equador), Elsa Beatriz García Bojorges (México), Hector Castillo (Panamá) e Norelly Pinto Vargas (Venezuela). A supervisão ficou a cargo do vice-presidente do Glenif, Jorge Gil. Para o andamento do trabalho, a consulta se deu por meio de grupos de discussão ou focais.

O documento final – Comment-Letter – foi submetido à aprovação do Diretório, em reunião virtual realizada no dia 3 de janeiro de 2012 e, em seguida, encaminhado ao lasb.

Domingo Marchese explica que as reuniões de trabalho do GTT foram desenvolvidas com especialistas sobre o tema. Segundo ele,

não houve participação massiva dos contadores por se tratar de um tema de grande especificidade, que não se verifica em grande escala nos países de região.



Domingo Marchese

Divulgação



“Na maioria das respostas houve uma grande porcentagem de coincidências, mas no tema central, ou seja, sobre ser precedente a não consolidação de entidades de investimento, houve diferentes opiniões”, explica o coordenador, acrescentando que GTT 2 condensou no documento enviado ao lasb as posições expressadas pelos países.

Os principais tópicos que foram incluídos na carta-comentário versaram sobre os seguintes questionamentos:

- a) Se devem consolidar-se ou não as entidades categorizadas como de investimento e, no caso de que isso não seja feito, se é adequada a sua medição com valor razoável.
- b) Se os critérios incluídos no rascunho de norma são adequados para tipificar este tipo de entes.
- c) Se o fato de prestar outros serviços (vinculados ou não com a atividade de investimento) poderia ser uma causa de exclusão das entidades, exceto para a consolidação.
- d) Se é adequado classificar como entidade de investimento uma entidade com um só investidor.
- e) Se é adequado requerer às entidades de investimento, que possuem propriedades de investimento, utilizar a opção de medição com um valor razoável exclusivamente.
- f) Se é adequado que uma controladora, que não é uma entidade de investimento, consolide todas as controladas, inclusive aquelas con-

troladas por meio de entidades de investimento.

- g) Se são adequados os objetivos de revelação propostos no rascunho de norma e se os requerimentos de revelação permitirão cumprir com esses objetivos.
- h) Se estamos de acordo em aplicar os requerimentos do rascunho de norma de forma prospectiva.
- i) Se for necessário, modificar a NIC 28 de forma consistente com as mudanças que introduziria esta norma no caso de ser aprovada na forma proposta.

### GTT 3

A constituição do grupo foi aprovada em de outubro de 2011, durante reunião do Diretório do Glenif. A coordenação está a cargo do contador William Allan Biese Decker (México) e a supervisão do Grupo é de Felipe Pérez Cervantes. Apesar de a minuta ainda não ter sido disponibilizada pelo lasb, o grupo está formado e conta com os seguintes membros: William Allan Biese Decker, Marcelo Kozak (Argentina), Eliseu Martins, (representante do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, Brasil), Carlos Olmedo Plúas (Equador) e Julio Laso (Panamá).

### GTT 4 – Empréstimos Governamentais (Los Préstamos del Gobierno)

A constituição do grupo foi aprovada em 26 de outubro de 2011, na segunda reunião do Diretório do Glenif. O GTT foi coordenado por Renny Espinoza (Venezuela), sob supervisão de Rafael Rodríguez Ramos.

De acordo com Espinoza, o processo de trabalho foi realizado por meio do envio da minuta sob consulta às firmas, às instituições e aos organismos que tinham relação com o conteúdo do projeto. “Não recebemos contribuições de todos os países, porém, a participação manifestada pelo México significou, em grande parte, uma posição generalizada”, explicou o coordenador do GTT 4.

Além de Espinoza, o Grupo contou com a participação de Silvio Takahashi (Brasil), Sergio Craverro (Argentina), Idésio Coelho (representante do CPC, Brasil), Gina Elizabeth Hidalgo Flores (Equador), Luis Antonio Cortés Moreno (México) e Vidalma Moreno (Panamá).

O documento final foi submetido à aprovação da diretoria do Glenif, em reunião virtual realizada no dia 3 de janeiro deste ano, e encaminhado ao lasb no dia 5 do mesmo mês.

De acordo com Espinoza, a conclusão veiculada pela carta-comentário foi a seguinte: “O tratamento prospectivo aos empréstimos obtidos do governo, existentes na data de transição às normas IFRS, a menos que se obtenha a informação necessária para aplicá-la de maneira retroativa”.

### GTT 5 – Reconhecimento de Receitas (Reconocimiento de Ingresos)

O quinto Grupo Técnico de Trabalho foi aprovado pela diretoria do Glenif em 26 de outubro de 2011 e contou com seguintes membros: Silvio Takahashi (coordenador – Brasil), William Allan Biese Decker (México), Alberto Afioni (Venezuela), Tânia Regina Sordi



Silvio Takahashi

Relvas (representante da Universidade de São Paulo-USP, Brasil), Felipe Sturniolo (Argentina), Ricardo Villarmarzo (Uruguai), Enrique Castillo (Equador), José Edwin Natusch Melgar (Bolívia).

O plano de trabalho, distribuído aos membros do GTT em 20 de janeiro deste ano, incluiu a realização de duas discussões telefônicas entre os membros do grupo, sendo a primeira para introduzir os conceitos básicos da nova norma de reconhecimento de receitas, realizada em 6 de fevereiro, e a segunda, após análise da minuta do pronunciamento pelos membros, para discussão dos comentários propostos pelo Glenif, em 22 de fevereiro.

“Os representantes de cada país mantiveram discussões intensas com os órgãos reguladores, entidades de classe contábil e com os outros agentes de mercado de seus países, sendo que a carta-comentário enviada pelo Glenif ao lasb e ao Financial Accounting Standards Board (Fasb) sumaria a opinião dos vários profissionais, não somente da classe contábil, como também das companhias abertas e reguladores de cada país”, destaca Takahashi.

O coordenador do GTT 5 lembra que, durante a preparação da carta-comentário, surgiram algu-

Divulgação

mas opiniões divergentes em relação às questões levantadas. Essas divergências foram levadas à diretoria do Glenif, que acatou a posição que reuniu a maioria dos votos dos países-membros. “Posso dizer que as divergências representaram situações pontuais, sendo que, de maneira geral, os comentários foram redigidos de forma consensual”, afirma Takahashi.

A carta-comentário foi submetida à aprovação da diretoria do Glenif em 8 de março e enviada ao lasb e ao Fasb em seguida.

De acordo com o coordenador, dois pontos principais foram motivo de discordância do Glenif em relação às propostas de mudança nos critérios de reconhecimento de receita do lasb/Fasb. “O primeiro, diz respeito aos critérios para reconhecimento de receita ao longo do tempo. O Glenif acredita que o texto da atual norma revisada pode gerar margem a diferentes interpretações e, por isso, a sugestão enviada na carta-comentário foi de que o próprio texto constante da base para conclusão do lasb fosse incorporado ao pronunciamento; adicionalmente, foram feitas ainda sugestões de alterações de texto nos parágrafos 35 e 36 da minuta da norma, de forma a deixá-los mais claros para o leitor”, explica.

Ainda segundo Takahashi, “o segundo ponto relevante de discordância do Glenif refere-se ao teste de contratos onerosos proposto no parágrafo 86 da minuta do pronunciamento. O Glenif acredita que esse teste deva ser feito em nível de cada contrato de venda, e não a cada obrigação de desempenho contida nos contratos, como propõe a norma revisada. Essa diferença no teste pode acarretar em reconhecimento de perdas, o que, no ponto de vista do grupo, acabaria por não refletir a natureza

dos negócios das entidades nos resultados divulgados nas demonstrações financeiras”.

### GTT 6 – Guia de Transição (Guía de Transición)

Com a finalidade de formar um Grupo Técnico de Trabalho para tratar do tema Guia de Transição – Propostas de Emenda à IFRS 10, a diretoria do Glenif aprovou a constituição do GTT 6, no dia 8 de março, durante reunião do Glenif realizada na Cidade do México.

Este Grupo contou com o trabalho de Hugo Gubba (coordenador – Uruguai), Gladys Margarita Solar Feijóo (Equador), Remy Ángel Terceros Fernández (Bolívia), Rafael Rodríguez Ramos (Venezuela) e Luís Alonso Colmenares Rodríguez (Colômbia).

As contribuições apresentadas pelos países foram comparadas e discutidas pelo Grupo. A partir do consenso verificado entre as opiniões, o GTT 6 elaborou as respostas, com base em unanimidade, às duas minutas em discussão.

A carta-comentário que foi enviada ao lasb, no dia 21 de março, veiculou, entre outras informações, que “todos os países representados concordaram com as alterações propostas, incluindo o esclarecimento de que ‘a data da aplicação inicial’ deve ser enten-



Hugo Gubba

Divulgação

didada como o início do período de relatório anual no qual a IFRS 10 é aplicada pela primeira vez”.

No documento enviado ao Iasb também constou que “todos os países representados concorda-

ram com as alterações propostas ao parágrafo C3 para esclarecer que apenas quando a consolidação ou desconsolidação das conclusões forem diferentes pela IFRS 10, quando comparadas com a IAS

27/SIC 12, os investidores devem ajustar os números comparativos; (...). Este tratamento reduz a carga de ajustar números comparativos, evitando custos desnecessários de transição para uma nova norma”.



## Os Grupos regionais da Europa, Ásia-Oceania e África

O Glenif, instituído em junho de 2011, é o mais jovem dos quatro Grupos regionais que colaboram com Iasb. Apenas um mês antes, em maio, foi constituído o Pan African Federation of Accountants (Pafa). A Europa é representada pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (Efrag), criado em 2001, e os continentes Ásia e Oceania contam com o *Asian-Oceania Standard-Setters Group* (AOSSG), que iniciou trabalho em 2009.

Conheça, a seguir, os outros Grupos regionais que colaboram com o Iasb na missão de emitir normas globais de alta qualidade.

### *European Financial Reporting Advisory Group* (Efrag)

O *European Financial Reporting Advisory Group* foi criado em 2001, para apoiar, tecnicamente, a Comissão Europeia na adoção das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board*. A atual presidente do Efrag, Françoise Flores, concedeu entrevista à RBC sobre a atuação do grupo:

#### **RBC – Em que estágio se encontra hoje a adoção do padrão IFRS pelos países da Europa?**

Françoise Flores – A União Europeia decidiu, em 2002, exigir a aplicação do IFRS nas demonstra-

ções financeiras já consolidadas, para todas as empresas listadas (ativas e aprovadas pelas Bolsas de Valores) a partir de 2005. Ainda, uma alternativa foi conferida a Estados-Membros para tanto determinarem a obrigatoriedade quanto permitirem ou proibirem a adoção do IFRS para contas estatutórias de todas as empresas, incluindo as demonstrações financeiras consolidadas de entidades não-listadas. Decisões feitas em nível de Estado-Membro são bastante divergentes, e pormenores de países individuais podem ser encontrados no website da Comissão Europeia (CE).

A política de ação é adotar o IFRS isento de mudanças. Posteriormente, um processo de endossamento transformará o IFRS em lei europeia. No presente momento, o IFRS adotado na Europa está idêntico ao IFRS publicado pelo Iasb, com a exceção de um “modelo esculpido/customizado” do IAS 39, visto que a macrocobertura (macro-hedging) contido no IAS 39 provou-se controversa. O endossamento do IFRS 9 encontra-se pendente para ser concluído e deverá ser devidamente considerado quando todas as etapas estiverem completadas.

Todas as empresas listadas têm relatado suas demonstrações

financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS, tal como adotado na Europa ao longo dos últimos sete anos (por exemplo, conforme o IFRS, exceto por cerca de 20 bancos listados, que empregam a opção de “modelo esculpido/customizado”). O número total de empresas listadas aproxima-se de sete mil.

A Comissão Europeia outorgou dois relatórios referentes a demonstrações financeiras de 2005 e 2006, visando avaliar a qualidade da implementação de padrões após a transição ter ocorrido em 2005. A avaliação foi positiva e entende-se abertamente que a adoção do IFRS tem elevado à qualidade e à transparência de demonstrações financeiras na Europa.

Após o IFRS para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) ter sido publicado em 2009, a Comissão Europeia executou uma consulta pública com a finalidade de considerar a possível adoção do IFRS destinados a PMEs. Em suas respostas, Estados-Membros parecem divididos e a Comissão Europeia decidiu não levar adiante a consideração do IFRS destinado a PMEs. Ao invés disso, a CE realizou uma revisão das chamadas “Diretivas Contábeis”, que servem com uma estrutura em comum para o GAAP nacional na Europa.

### RBC – Qual a sua avaliação sobre a participação do Efrag no processo de preparação do IFRS?

Françoise Flores – O Efrag está muito ativo no processo de preparação do IFRS. O papel do Efrag é o de assegurar que o IFRS, como publicado pelo lasb, seja entendido para possibilitar relatórios financeiros aprimorados. Grupo regional no qual Organismos Normatizadores Nacionais da Europa são ativos, o Efrag possui seu próprio conselho independente – o Grupo Técnico Especializado (*Technical Expert Group*–TEG), que é responsável por decidir as posições técnicas em nome do Efrag, referentes a todos os assuntos de relatórios financeiros. O Efrag determina suas posições perante um devido processo extensivo, que se inicia com uma carta de projeto e comentários sendo publicados juntamente com as propostas do lasb, pouco após um documento de discussão ou uma carta de exposição (Minuta de Exposição) ter sido publicada para obtenção de comentários.

Nos últimos dois anos, o Efrag tem tomado a iniciativa, em cooperação com Organismos Normatizadores Nacionais da Europa, junto ao lasb, para organizar eventos de expansão e testes de campo, a fim de desenvolver um devido processo conjunto. A meta do devido processo conjunto é o de aumentar a transparência (sem violar a confidencialidade), evitar a duplicação do esforço e, ainda mais importante, assegurar que todos os órgãos de padronização envolvidos reúnam as contribuições de infor-

mações ao mesmo tempo, para os mesmos acionistas. O Efrag publica declarações de avaliação a fim de compartilhar com todos os envolvidos as várias práticas. Esperamos – e promovemos – que processos similares sejam postos em andamento para revisões pós-implementação.

Apesar de sua participação ativa no devido processo do lasb, o Efrag acredita que sua melhor contribuição ao desenvolvimento das normas IFRS é o de conduzir “projetos proativos”, como, por exemplo, projetos que visam promover a melhoria em relatórios financeiros identificados como carentes desta melhoria. Este trabalho focado para adiante tem o objetivo de ser estreitamente coordenado com o lasb, como parte de seus esforços de pesquisas. Os benefícios desses projetos são também estimular o pensamento de liderança desde o princípio, na Europa, sobre questões contábeis que se espera alcançar a agenda do lasb no período de médio a curto prazo. O Efrag conduz esses projetos em cooperação com Organismos Normatizadores Nacionais da Europa. Exemplos recentes incluem o trabalho realizado pelo Efrag e o ASB (*Accounting Standards Board*), do Reino Unido, em “Considerando os efeitos de padrões em contabilidade”, que atraíram enorme interesse globalmente, e a Fundação IFRS encorajou o lasb a considerar e desenvolver ainda mais as propostas. Outro exemplo é projeto “Estrutura de Divulgações/Transparência”, desenvolvido pelo Efrag, o ANC e o ASB, em cooperação com o Fasb (*Financial Accounting*

*Standards Board*), que se espera resultar em um projeto ativo que em breve será anunciado na agenda do lasb. O Efrag e seus parceiros, o ASB e o OIC, também liberaram para comentários dois documentos de discussão sobre, respectivamente, “Melhoramento dos Relatórios Financeiros do Imposto de Renda” e “Contabilidade para Combinações de Negócios sob Controle Comum”. Este último projeto encontra-se bastante elevado nos resultados que o lasb já publicou, provenientes de suas consultas programadas.

Em todas as suas atividades, o Efrag contempla um relacionamento positivo e construtivo com o lasb, que beneficia o processo geral de padronizações.

**RBC – Qual é a sua avaliação sobre a formação do Glenif (GLASS, na sigla em inglês) e sobre a importância do grupo latino-americano para o desenvolvimento de padrões contábeis de alta qualidade?**



Françoise Flores

Divulgação



Françoise Flores – O Efrag foi receptivo ao estabelecimento do grupo GLASS no ano passado. Acreditamos que grupos regionais têm um importante papel no devido processo do Iasb e também no reforço do relevante papel dos Organismos Normatizadores Nacionais da Europa. O Iasb é um órgão padronizador global, mas é importante que as normas IFRS sejam desenvolvidas para suprir as necessidades de várias jurisdições. Enquanto especificidades permanecem em nível nacional, características comuns surgem em nível regional. Fora da Europa (onde a região não é propriamente uma jurisdição e não possui um papel formal na adoção de IFRS), agrupamentos de normatizadores nacionais podem ser muito relevantes como uma voz na comunidade IFRS. O Efrag acredita que é relevante compreender as necessidades específicas, as limitações, as características de outras regiões, a fim de participar no desenvolvimento das normas IFRS a partir de uma perspectiva melhor constituída e informada. Chegou a hora de ver o Iasb evoluir do modelo passado de relacionamentos bilaterais, para o modelo em que se tem um fórum maior de discussões, visando amparar os desenvolvimentos em andamento das IFRS. O GLASS, junto com o Efrag, o Fasb, o AOSSG e o Pafa, deveriam participar deste fórum.

#### **RBC – Quais experiências o Efrag poderia compartilhar com o GLASS em relação à adoção do padrão IFRS?**

Françoise Flores – O Efrag está aberto ao desenvolvimento de um relacionamento eficaz com o GLASS, a fim de compartilhar visões e experiências em todos os aspectos da adoção do

IFRS. Há muito a aprender e entender um com o outro na tarefa de se buscar melhoramentos nos relatórios financeiros.

#### ***Asian-Oceania Standard-Setters Group (AOSSG)***

Fundado em 2009, atualmente o AOSSG é formado por instituições de normatizadores contábeis de 25 países. Um dos objetivos principais do Grupo é promover a adoção e convergência com as normas IFRS por meio das jurisdições presentes nos países-membros. O presidente do *Australian Accounting Standards Board*, Kevin Stevenson, é o atual presidente do *Asian-Oceania Standard-Setters Group* (AOSSG). A seguir, ele fala sobre o Grupo:

#### **RBC – Qual sua avaliação a respeito da participação do AOSSG no processo de preparação das normas IFRS?**

Kevin Stevenson – A respeito do processo de desenvolvimento de novas exigências de acordo com as IFRS, o AOSSG tem grande envolvimento com o Iasb, por meio das equipes de trabalho e do Grupo como um todo. O Iasb



Kevin Stevenson

Divulgação

foi bastante generoso ao se dispor a participar de reuniões e discussões com o AOSSG. Costumamos ter de quatro a cinco membros do Comitê e de três a quatro membros da equipe do Iasb presentes em nossas reuniões. O formato dessas reuniões envolve extensas discussões diretas entre os representantes do AOSSG e do Iasb, com foco nas questões mais controversas. O AOSSG se pronunciou sobre cada documento público (e tem apresentado observações adicionais às ramificações de cada projeto de norma para as finanças Islâmicas, uma das especialidades do Grupo).

#### **RBC – Qual sua avaliação sobre a instituição do GLASS e a importância do grupo Latino-americano para o desenvolvimento das normas IFRS?**

Kevin Stevenson – Temos nos encontrado com os membros do GLASS regularmente por meio do Fórum Internacional de Normatizadores Contábeis (IFASS) e compartilhado experiências. Ficamos muito contentes com a formação do GLASS e esperamos continuar avançando nas relações com o Grupo. Ambos temos a mesma motivação, promover a adoção das normas IFRS e garantir o envolvimento profundo de nossas regiões no desenvolvimento das IFRS. Os dois Grupos se preocupam com a questão do desenvolvimento das IFRS estar, de alguma forma, centralizado nos Estados Unidos e Europa, e, ainda, ambas as jurisdições têm um número significativo de países que estão sob as IFRS ou se encaminhando em direção a essas normas. Os mercados de capitais das duas regiões são bem grandes para os padrões mundiais.

#### **RBC – Quais experiências o AOSSG poderia transmitir ao GLASS**

### com relação à adoção das normas IFRS?

Kevin Stevenson – Cremos que o GLASS tem muito conhecimento a respeito das questões a serem tratadas. Na agilidade da produtividade eu destacaria como principais características do AOSSG o compartilhamento cultural de normatizações e o respeito a pontos de vista diferentes. Quando um tema envolve diversas visões, não temos a intenção de chegar a apenas uma resposta. Avisamos ao lasb que iremos fazer tal diversidade se refletir em nossas propostas, e o lasb disse que é isso o que eles também buscam fazer. Os membros individuais do Grupo fazem suas próprias propostas, bem como participam das propostas regionais. Nosso foco é desenvolver as normas IFRS e não pressionar ou nos envolver em assuntos políticos. Não queremos repetir a realidade do hemisfério norte. Acreditamos que a abordagem de uma normatização ética tornará nossa visão única.

### *PanAfrican Federation of Accountants (Pafa)*

A *PanAfrican Federation of Accountants* (Pafa) foi fundado em Dakar, Senegal, no dia 5 de maio de 2011, com a finalidade de acelerar o desenvolvimento da profissão na África e fortalecer a voz da profissão contábil no continente e no mundo.

O primeiro presidente da Pafa, eleito na reunião inaugural em Dakar, é o major-general Sebastian Achulike Owuama, também

presidente do Instituto de Auditores Independentes da Nigéria e da Associação dos Órgãos de Contabilidade na África Ocidental. A Federação é composta por 37 organizações profissionais de contabilidade de 34 países.

### **RBC – Em que estágio está a adoção das Normas Internacionais (IFRS) pelos países da África?**

Sebastian A. Owuama – A Assembleia-geral da Pafa, realizada em Tunis, Tunísia, aprovou uma resolução para que todos os seus membros adotem normas internacionais, que incluem as IFRS. Reconhecemos que esta é uma declaração de intenções, já que a efetiva aprovação das normas é uma prerrogativa das instituições nacionais, como inscrito nas leis dos diversos estados. O estágio da adoção das normas IFRS varia de país para país.

### **RBC – Qual a sua avaliação sobre a participação da Pafa no processo de preparação das IFRS?**

Sebastian A. Owuama – Como vocês podem estar cientes, a Pafa foi lançada em maio de 2011. Desde o seu lançamento, a Federação PanAfricana de Contadores contactou o International Accounting Standards Board (IASB), com vista a aumentar



a participação da África na preparação das IFRS. O atual nível de participação da África é muito baixo.

### **RBC – Qual a sua avaliação sobre a constituição do GLASS e a importância do grupo para o desenvolvimento de normas contábeis de alta qualidade na América Latina?**

Sebastian A. Owuama – Qualquer organização que busque fortalecer a voz da profissão, em qualquer região do mundo, é muito bem-vinda. Consideramos o GLASS uma dessas organizações.

### **RBC – Quais experiências a Pafa poderia compartilhar com o GLASS em relação à adoção do padrão IFRS?**

Sebastian A. Owuama – Acreditamos que o GLASS não deve se distrair com os desafios que irá enfrentar no cumprimento de sua missão. O GLASS deve se concentrar em seu objetivo e tentar alcançá-lo, apesar dos desafios.